

# Execução orçamentária no município de Fortaleza dos Valos

Ruedel <sup>1</sup>; Tatiane de Souza

## RESUMO

A contabilidade aplicada ao setor público está cada vez mais sendo reconhecida como uma ferramenta de informação, a qual auxilia na divulgação de informações contábeis referentes ao ente público. Através do orçamento público, é possível que se tenha um maior planejamento e transparência em relação às contas públicas, permitindo que a sociedade possa acompanhar o que está sendo feito com o dinheiro público. O presente trabalho tem como objetivo verificar como se deu a execução orçamentária no município de Fortaleza dos Valos-RS no período de 2010 a 2013, verificando se as receitas e despesas previstas foram executadas, mostrando como ocorreu a gestão no município. Utilizou-se na metodologia, material bibliográfico e documental, com a utilização de materiais disponíveis no portal do Tribunal de Contas do Estado-RS e no portal do município de Fortaleza dos Valos – RS. Após a realização deste estudo é possível perceber a prudência dos gestores ao prever receitas e despesas, bem como o resultado de superávit orçamentário em todos os anos.

**Palavras-Chave:** Execução Orçamentária, Receita Pública, Despesa Pública

## ABSTRACT

The accounting applied to the public sector is increasingly being recognized as an information tool, which assists in the dissemination of financial information for the public entity. Through the public budget, it is possible to have more planning and transparency in relation to public accounts, allowing the company to keep track of what is being done with public money. This study aims to determine how has the budget execution in Fortaleza of Valos-RS for the period 2010 to 2013, checking whether the expected revenues and expenses were performed, showing as it did the management in the municipality. We used the methodology, bibliographical and documentary material, with the use of materials available on the website of the Court of the State-RS and the portal of the city of Fortaleza dos Valos - RS. After this study is possible to realize the wisdom of managers by providing prescribe and expenses, as well as the result of budget surplus every year.

**Keywords:** Budget Execution, Public Revenue, Public Expenditure

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – Unicruz. e-mail: tatty\_sr@hotmail.com

A contabilidade aplicada ao setor público vem ganhando importância na sociedade, tendo em vista que, as informações geradas por esta, permitem a compreensão dos atos e fatos realizados pelos entes públicos.

Considerando que é de fundamental importância saber o que ocorreu em nosso município em relação aos ingressos e desembolsos efetuados pela gestão municipal, diante das recorrentes notícias de corrupção veiculadas na mídia em entes públicos, a sociedade pode utilizar-se de muitas ferramentas (portais de informações) para poder exercer de forma efetiva o controle social.

Para tanto, este estudo se propôs a fazer uma análise da execução orçamentária no município de Fortaleza dos Valos, para verificar se as receitas previstas e as despesas fixadas foram efetivamente executadas, através dos relatórios e demonstrações contábeis emitidas pelo ente público. Com base na execução orçamentária é possível, por exemplo, verificar se o percentual mínimo a ser aplicado pelo governo nas áreas de educação e saúde, previstos na Constituição Federal de 1988, estão sendo respeitados, sendo estes serviços básicos e que todos devem ter acesso.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a execução orçamentária no município de Fortaleza dos Valos nos exercícios de 2010 a 2013, assim como os objetivos específicos: analisar a execução orçamentária do município, considerando suas principais receitas e despesas; verificar se as receitas e despesas se comportaram conforme pressuposto na Lei Orçamentária do município; identificar no balanço orçamentário e demais Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público as maiores fontes de receitas e menores despesas.

O orçamento é uma importante ferramenta de planejamento, seja no setor privado ou público. No setor público, o orçamento deve ser transparente de forma a prever as receitas e despesas conforme os objetivos e metas do ente público.

Atualmente, pode-se conhecer todas as informações referentes aos orçamentos municipais, pois, existem importantes ferramentas de divulgação dos atos e fatos realizados pelos entes públicos, que são de fácil acesso para qualquer pessoa que deseje visualizar tais informações.

Este ato, que a sociedade realiza ao buscar informações sobre as receitas e despesas municipais, além de fiscalizar os outros atos dos agentes públicos, é conhecido como controle social. Este controle, além dos controles exercidos pelos órgãos de controle interno e externo, tornou-se mais efetivo após a edição da Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A LRF retrata nos arts.48, 48-A e 49 que os entes públicos devem publicar e disponibilizar para quaisquer pessoas informações referentes à execução do orçamento tanto das receitas quanto das despesas, dando maior transparência em seus relatórios, fazendo com que qualquer cidadão possa ter acesso às informações referentes ao seu município.

As informações disponibilizadas através de relatórios têm como finalidade a apresentação do que foi planejado nas Leis Orçamentárias, ou seja, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Plano Plurianual (PPA), em confronto com o que está sendo efetivamente realizado pelo ente público em certo período.

Um desses relatórios é o Balanço Orçamentário, que a partir do confronto no balanço orçamentário entre receitas e despesas previstas em relação às realizadas, é possível apurar-se se houve déficit ou superávit orçamentário.

O estudo foi realizado no município de Fortaleza dos Valos-RS, tendo em vista a facilidade na obtenção de dados, devido a esta autora residir no município. O município situa-se no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, possui uma população de 4.654 habitantes, numa área territorial de 650,326 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

Este trabalho é de fundamental importância, pois serão praticados os conhecimentos adquiridos em sala de aula na matéria de orçamento público onde é possível fazer uma análise das demonstrações contábeis emitidas pelos entes públicos, principalmente em relação ao balanço orçamentário. Portanto, o estudo se justifica pelo conhecimento que irá trazer em relação às questões orçamentárias municipais, bem como, para que possam acompanhar a trajetória das contas públicas do município de Fortaleza dos Valos.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Orçamento público**

O orçamento público tornou-se uma importante forma de planejamento para os entes públicos, além de ser uma forma de auxílio à gestão pública para a execução de planos de ação do governo. Sendo este previsto pela Lei nº 4320/64 que “Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”.

De acordo com Filho (2012, p. 5) o orçamento público pode ser entendido como uma:

Ferramenta legal de planejamento do Ente Federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) onde são projetados os ingressos e gastos orçamentários que serão realizados em um determinado período, objetivando a execução de programas e ações vinculados às políticas públicas, bem como as transferências constitucionais, legais e voluntárias, os pagamentos de dívidas e outros encargos inerentes às funções e atividades estatais.

No orçamento são elencados como objetivos o controle dos gastos (evitar abusos), gestão de recursos (ações, produtos e metas), planejamento (implementação do plano de médio prazo) e administrar macroeconomicamente (distribuição de renda e crescimento econômico) (FILHO, 2012).

A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que o Orçamento Público é um documento onde estão dispostas todas as receitas e despesas do ente público, e que este deve estar acessível à população para que essa possa acompanhar os planos do governo.

Através da evolução do orçamento chegou-se a três tipos de orçamentos que a entidade pública pode optar, sendo estes o orçamento programa, o orçamento base-zero e o orçamento participativo.

O orçamento programa definido por Pascoal (2008, p.20) *apud* Filho (2012, p.11) é “um instrumento de planejamento que permite identificar os programas, os projetos e as atividades que o governo pretende realizar, além de estabelecer os objetivos, as metas, os custos e os resultados esperados e oferecer maior transparência dos gastos públicos.” Este orçamento busca a eficiência, eficácia e efetividade dos resultados a partir de concluir se os objetivos e metas foram alcançados.

O orçamento base-zero pode-se entender que seja um processo no qual devem se estar justificadas todas as despesas e as necessidades de recursos (KOHAMA, 2010).

O orçamento participativo é aquele em que os cidadãos tem o direito de participar direta e efetivamente na elaboração das propostas do governo (FILHO, 2012).

Contudo, independentemente do orçamento adotado, todas as receitas e despesas municipais devem ser definidas no orçamento, através de três formas de planejamento, que são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

## 2.2 PPA, LDO e LOA

A execução orçamentária é realizada através de diferentes formas de planejamento um deles e primeiro a ser elaborado é o Plano Plurianual (PPA), tendo a responsabilidade de definir, segundo o Ministério de Planejamento e Orçamento 2010 *apud* Quintana(2011, p.8) “de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

Esse plano também é definido por Kohama (2010, p. 35) :

[...] um plano de médio prazo, através do qual procura-se ordenar as ações do governo que levam ao atingimento dos objetivos e metas fixados para um período de quatro anos, ao nível do governo federal, e também de quatro anos ao nível dos governos estaduais e municipais.

Após a elaboração da PPA é elaborado outro plano de importante planejamento que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A LDO é elaborada a cada ano e tem por meta e prioridade incluir as despesas de capital, auxiliar na elaboração da LOA, alterações tributárias, e ajudar nas políticas das agências financeiras de fomento. Segundo Quintana (2011, p.14) a LDO:

[...] deverá conter um Anexo de Metas Fiscais, onde serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes (Lei Complementar nº 101).

Por fim, a Lei Orçamentária Anual (LOA), que também é elaborada de forma anual, surge para ajudar no alcance das metas e objetivos da PPA através das diretrizes fixadas na LDO e autoriza as despesas conforme a previsão de arrecadação, sendo a LOA um planejamento segundo Quintana (2011, p.24):

[...] é derivada de um projeto de lei formalmente elaborada pelo Poder Executivo e enviado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro para deliberação do Poder Legislativo, conforme define o parágrafo 2º do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A LOA também tem como função segundo Quintana (2011, p.24):

[...] autoriza as despesas do ente governamental, de acordo com a previsão de arrecadação, sendo possível a realização de despesas acima do limite previsto na lei, desde que o Poder Executivo submeta, ao poder Legislativo, projeto de lei solicitando a inclusão de crédito adicional.

Através destas formas de planejamento serão previstas e fixadas as receitas e despesas públicas.

### **2.3 Receita pública**

Uma importante parte do orçamento público é a receita pública, que segundo Filho (2012, p. 83) “representam os ingressos de recursos financeiros nos cofres públicos que, dependendo de suas características, são classificados como ingressos orçamentários ou extraorçamentários”.

Esses ingressos nos cofres do Estado segundo o Ministério da Fazenda (2011, p.10) podem ser “registrados como Receitas Orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos Extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias”.

Como mencionado, as receitas publicadas podem se classificar de duas maneiras, sendo receitas orçamentárias ou extraorçamentárias. As receitas orçamentárias pode entender-se como:

[...] o conjunto dos ingressos disponíveis para a cobertura de despesas orçamentárias e para as operações que, mesmo sem ingresso de recursos, financiem despesas orçamentárias, como é o caso das chamadas operações de crédito em bens e/ou serviços (FILHO,2012 p.83).

As receitas orçamentárias podem ser classificadas como efetivas e não efetivas, as efetivas aumentam a situação líquida patrimonial no momento do reconhecimento do crédito, já as não efetivas não alteram, chamando-se de públicas somente as receitas orçamentárias (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2012).

Já as receitas extraorçamentárias Kohama (2010, p.69) compreendem “os recolhimentos feitos que constituíram compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária e, portanto independe de autorização legislativa”.

As receitas públicas principalmente as orçamentárias passam por três estágios sendo definidos por Kohama (2010, p. 74) como “etapas consubstanciadas nas ações desenvolvidas e percorridas pelos órgãos e repartições encarregados de executá-las”.

Esse três estágios que devem ser percorridos pela receita são o planejamento (previsão), execução (lançamento, arrecadação e recolhimento) e controle e avaliação.

Também podem ser classificadas conforme sua categoria econômica como Receita Corrente (Tributária, Contribuições, Patrimonial, Agropecuária, Industrial, Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes) e de Capital (Operação de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital).

Além das receitas, as despesas públicas também fazem parte da elaboração do orçamento.

## 2.4 Despesa pública

Assim como as receitas, as despesas públicas também fazem parte do orçamento, sendo definidas por Silva (2009, p.240) *apud* Filho (2012, p.136) como “[...] todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, das leis ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos”.

Também pode ser entendido como despesa pública segundo o Ministério da Fazenda (2011, p.53) como “conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade”.

As despesas públicas possuem duas classificações as despesas orçamentárias e as despesas extraorçamentárias. Para Jund (2006, p.188) *apud* Quintana (2011, p.72) despesa orçamentária:

[...] são despesas fixadas e especificadas na lei do orçamento e/ou na lei de créditos adicionais, previamente autorizadas pelo povo (Poder Legislativo), instituídas com base nas normas legais e, por isso, devem obedecer, quando da sua execução, às devidas fases.

Já as despesas extraorçamentárias segundo Filho (2012, p.136) podem se caracterizar como:

[...] desembolsos realizados sem necessidade de autorização na lei do orçamento ou créditos adicionais, compreendendo as diversas saídas de numerário, decorrentes de devolução de recursos de terceiros (ex.: cauções), recolhimento de recursos retidos ou consignados (ex.: previdência, empréstimos de servidores consignados em folha), pagamento de operações de crédito por antecipação de receita, bem como quaisquer valores que revistam de características de simples transitoriedade, recebidos anteriormente e que, na oportunidade, constituíram ingressos extraorçamentários.

As despesas também podem classificarem-se conforme categoria econômica, em correntes (não contribuem para formação de capital), e as despesas de capital

(contribuem para formação de capital). As despesas devem ser definidas no orçamento público municipal através das três formas de planejamento o PPA, a LDO e a LOA.

## 2.5 Execução Orçamentária

A execução do orçamento é definida por Kohama (2010, p. 46) como sendo “a concretização anual dos objetivos e metas determinados para o setor público, no processo de planejamento integrado, e implica a mobilização de recursos, materiais e financeiros”. A execução orçamentária ocorre conforme atribuição do poder executivo, de acordo com Castro e Garcia (2004) *apud* Quintana (2011, p, 32):

[...] é o momento em que a Administração Pública pratica os atos e fatos para a implementação das ações do governo e no qual ocorre a operacionalização mais concreta de sua política pública, ou seja, nesta fase, os órgãos executam os programas de governo previstos na Lei Orçamentária.

A execução do orçamento público é onde os entes públicos irão executar as receitas e despesas, ou seja, quando são colocadas em prática as ações elaboradas no orçamento.

Assim se dá a execução orçamentária através dos relatórios bimestrais da execução orçamentária e do Balanço Orçamentário que, segundo a Lei nº 4320/64, art.102 “O Balanço Orçamentário apresentará as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas”, afim de demonstrar a integração entre o planejamento e a execução.

Os relatórios servem para auxiliar na responsabilidade de gestão fiscal, demonstrando controle e transparência das contas públicas, sendo um destes relatórios o balanço orçamentário.

No balanço orçamentário de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT) nº 16.6, estão expressos na parte das receitas orçamentárias a previsão inicial que é a estimativa do que pode ser arrecadado durante o exercício financeiro, previsão atualizada e receitas realizadas, que é o que foi arrecadado. Já as despesas são classificadas em o que foi previsto inicialmente, dotação atualizada, e passa por três fases: o empenho, liquidação e pagamento.

A partir do confronto no balanço orçamentário entre receitas e despesas previstas em relação às realizadas, é possível apurar se houve déficit ou superávit orçamentário.

Quando a receita executada for maior que a receita prevista há um superávit, ou seja, um excesso de arrecadação de receitas em relação ao que havia sido previsto. Pode haver também uma igualdade em relação as receitas e despesas, ou ainda apresentar um déficit quando a despesa executada for maior que a receita realizada.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia serve para estabelecer os procedimentos a serem seguidos durante o estudo, descrevendo suas características e objetivos.

Quanto a sua natureza a pesquisa é qualitativa, pois de acordo com Richardson (1999, p.80) *apud* Beuren (2004, p.91) “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Com base nesse material, através da busca das Leis Orçamentárias (PPA, LDO E LOA), do período a ser analisado e do balanço orçamentário junto aos portais de controle externo para ver se o que foi previsto foi realizado sendo feita sua interpretação.

Em relação aos objetivos apresentados a pesquisa classifica-se como descritiva. De acordo com Gil (2002, p.42) a pesquisa descritiva faz a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

Já para Andrade (2002) *apud* Beuren (2004, p.81) a pesquisa descritiva “preocupa-se em observar fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”. Assim fazendo uma relação entre as variáveis ao verificar se as receitas e despesas estiveram conforme Lei Orçamentária, sem distorcer nenhum dado, nem manipulá-los fazendo correlações com os assuntos estudados.

Em relação aos procedimento técnicos este estudo fez uso de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Para Cervo e Bervian (1983, p.55) *apud* Beuren (2004, p.86) a pesquisa bibliográfica:

explica o problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais e científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Segundo Gil (2002, p. 44) a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

De acordo com Martins e Theóphilo (2009, p.54) “procura-se explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc”. Assim sendo necessária pois se utiliza-se de embasamento teórico em relação aos conceitos.

Já a coleta de dados do balanço orçamentário diretamente do portal do município torna esta pesquisa documental, que para Gil (2002, p.45) esta “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Sendo que para Martins e Theóphilo (2009, p.55) “é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências”. Sendo esta pesquisa documental pois utiliza-se de demonstrações contábeis obtidas no portal da cidade.

Ainda em relação aos procedimentos a pesquisa se classifica como sendo um estudo de caso, pois caracteriza pelo estudo de um único caso (BEUREN 2004).

Segundo Yin (2002, p.21) *apud* Beuren (2004, p.84):

permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos da vida individuais, processos organizacionais, administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Para Gil (2002, p.54) o estudo “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou pouco objetos, ou de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.”

Esta pesquisa foi realizada no município de Fortaleza dos Valos – RS, sendo este escolhido por acessibilidade.

O município de Fortaleza dos Valos encontra-se situado no estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente na região noroeste do estado fazendo parte da região do Alto Jacuí, possuindo uma população de 4.654 habitantes numa área territorial de 650,326 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

Em relação ao plano e instrumentos de coleta de dados a pesquisa é indireta, pois utiliza-se de pesquisa documental e bibliográfica.

Também classifica-se como tendo uma observação direta extensiva sendo posteriormente uma análise dos dados coletados.

Após a coleta dos dados procede-se então à análise e interpretação desses dados sendo definido por Gil (1999) *apud* Beuren (2004, p.136) “ explica que o objetivo é organizar sistematicamente os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema de investigação”.

Esta análise de dados se classifica como sendo uma análise de conteúdo, pois segundo Richardson (1999, p.224) *apud* Beuren (2004, p.137) “infere que a análise de conteúdo busca compreender melhor um discurso, aprofundar suas características “gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas” e extrair os momentos mais importantes”. Portanto através desta análise, busca-se uma melhor compreensão dos dados coletados.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A análise dos dados no Município Fortaleza dos Valos - RS foi feita através de dados coletados no portal do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE/RS) e no portal do município. A seguir tem-se a análise dos objetivos dessa pesquisa durante o período de 2010 a 2013.

### **4.1 Execução orçamentária no município no período de 2010 a 2013.**

A análise da execução orçamentária, ou seja, das principais receitas e despesas do município de Fortaleza dos Valos, foi feita através dos dados levantados e dos relatórios coletados diretamente do portal do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS).

Para a análise das receitas tomou-se como base as categorias econômicas das receitas, que quanto a sua natureza podem ser classificadas em correntes e de capital, permitindo, desta maneira a elaboração de um comparativo do período de 2010 a 2013.

#### **4.1.1 Receitas**

Sobre as receitas previstas, é possível vislumbrar, no Quadro 1, as principais origens de receitas, com seus respectivos valores, do período de 2010 a 2013.

ANOS	2010	2011	2012	2013
RECEITA	Prevista (R\$)	Prevista (R\$)	Prevista (R\$)	Prevista (R\$)
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>15.014.060,00</b>	<b>16.621.660,00</b>	<b>18.457.860,00</b>	<b>19.696.600,00</b>
<b>Receita Corrente</b>	<b>14.847.060,00</b>	<b>16.497.660,00</b>	<b>18.277.860,00</b>	<b>19.436.600,00</b>
Receita Tributaria	494.800,00	512.000,00	612.500,00	680.500,00
Receita Patrimonial	524.500,00	534.500,00	617.000,00	729.000,00
Receita Contribuição	774.000,00	856.000,00	933.015,00	1.093.000,00
Receita Industrial	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Receita de Serviços	62.000,00	65.000,00	80.000,00	81.950,00
Receita Agropecuária	10.000,00	10.000,00	9.000,00	10.000,00
Transferências Correntes	12.872.260,00	14.406.660,00	15.911.345,00	16.710.650,00
Outras Transf. Correntes	108.500,00	112.500,00	114.000,00	130.500,00
<b>Receita de Capital</b>	<b>167.000,00</b>	<b>124.000,00</b>	<b>180.000,00</b>	<b>260.000,00</b>
Operações de Crédito	110.000,00	60.000,00	120.000,00	135.000,00
Alienação de Bens	55.000,00	55.000,00	51.000,00	57.000,00
Amortização de Empréstimos	0,00	5.000,00	5.000,00	6.000,00
Transferências de Capital	2.000,00	4.000,00	4.000,00	62.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 1 – Receitas Previstas de 2010 a 2013 no município de Fortaleza dos Valos – RS.

Fonte: TCE-RS 2014.

Em relação à previsão de receita, nota-se que a maior fonte de recursos esperado está nas transferências correntes, verificando-se esta situação em todos os anos analisados. Como trata-se de previsão orçamentária existem receitas correntes que são quantificadas com o mesmo valor em todos os anos analisados, caso este da Receita Industrial; na Receita Agropecuária em três dos quatro anos analisados; da Receita de Capital de Alienação de bens, em dois anos consecutivos e; das Transferências de Capital, também em dois anos consecutivos.

No Quadro 2, é possível vislumbrar as receitas que foram arrecadadas no período de 2010 a 2013, em Fortaleza dos Valos – RS.

ANOS	2010	2011	2012	2013
RECEITA	Arrecadado (R\$)	Arrecadado (R\$)	Arrecadado (R\$)	Arrecadado (R\$)

<b>Receita Total</b>	<b>17.723.159,34</b>	<b>21.832.412,61</b>	<b>21.709.489,74</b>	<b>22.490.052,31</b>
<b>Receita Corrente Arrecadada</b>	<b>17.677.679,00</b>	<b>20.972.991,49</b>	<b>21.352.507,31</b>	<b>21.411.989,10</b>
Receita Tributaria	545.143,95	894.344,71	694.890,23	948.410,94
Receita Patrimonial	1.170.800,71	1.663.484,04	3.045.362,81	1.098.269,08
Receita Contribuição	1.011.620,67	1.151.702,36	1.403.024,33	1.651.717,26
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	77.213,26	90.170,99	129.562,30	90.655,78
Receita Agropecuária	6.193,56	7.951,29	5.965,14	50.701,01
Transferências Correntes	14.617.600,27	16.987.082,97	15.969.763,27	17.351.112,04
Outras Receitas Correntes	249.106,58	178.255,13	103.939,23	221.122,99
<b>Receita de Capital</b>	<b>45.480,34</b>	<b>859.421,12</b>	<b>356.982,43</b>	<b>1.078.063,21</b>
Operações de Crédito	45.480,34	785.900,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	58.758,00	20.250,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	14.763,12	4.842,05	5.291,15
Transferências de Capital	0,00	0,00	331.890,38	1.072.772,06
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 2 – Receitas Arrecadadas no período de 2010 a 2013 no município de Fortaleza dos Valos – RS.  
Fonte: TCE-RS 2014.

Através dos Quadros 1 e 2, é possível fazer uma análise em relação as receitas previstas e arrecadadas em cada período. Observa-se também que a maior fonte de receita da prefeitura municipal são as correntes, arrecadando em todos os anos valores maiores do que os previstos. Sendo que as receitas correntes proveem de transferências intergovernamentais sendo estas da união, estados e multigovernamentais.

Pode-se observar que as receitas totais arrecadadas foram maiores do que a previsão em todos os períodos, sendo que a maior fonte de arrecadação foram as receitas de Transferências Correntes. Esta receita apresentou queda na arrecadação em 2012, contudo, o resultado desta foi superior ao previsto neste período.

Entre as receitas da União, de transferências correntes, estão repasses de participação na receita da união (cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e cota-parte do Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR)), compensação pela exploração de recursos naturais, recursos do sistema único de saúde, do fundo nacional de assistência social e recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação.

Observa-se também que o ano que apresentou maior receita corrente arrecadada foi o ano de 2013 sendo previsto um total de R\$19.436.600,00 (dezenove milhões e quatrocentos e trinta e seis mil e seiscentos reais) e arrecadado

R\$21.411.989,10 (vinte e um milhões e quatrocentos e onze mil e novecentos e oitenta e nove reais com dez centavos). O montante com as receitas correntes foi sempre superior ao total arrecadado nas receitas de capital.

As Receitas de Capital não se comportaram conforme previsão em todos os períodos analisados. Em 2010 e 2011 ocorreram Operações de Crédito, ou seja, os empréstimos, todavia, os valores apresentados na arrecadação eram bem diferentes da previsão inicial.

Em 2010, havia uma previsão de Operações de Crédito de R\$110.000,00 (cento e dez mil reais), tendo sido realizado empréstimos no montante de R\$45.480,34 (quarenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta reais com trinta e quatro centavos). Já em 2011 a previsão de Operações de Crédito era de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) e foi realizado durante o ano o total de R\$785.900,00 (setecentos e oitenta e cinco mil e novecentos reais) desta receita. Nos anos de 2012 e 2013 houve uma previsão de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) no primeiro e R\$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) no segundo, apesar disto conforme o Quadro 2 esta receita não apresentou saldo de arrecadação nestes anos. Isso demonstra que os planejamentos não foram possíveis de concretizar ou o planejamento trazia valores provisórios, apenas para fins formais.

Sobre a receita de Alienação de Bens em todos os anos foi apresentado valores não previsões de receita mas só em 2011 e 2012 que efetivamente ocorreram leilões de bens móveis e imóveis sendo que em 2011 o valor arrecadado foi superior ao previsto e 2012 o valor arrecadado foi inferior ao previsto. Cabe lembrar que toda receita de Capital obtida através de Alienação de Bens deve ser utilizada com despesas de capital para compra de novos bens móveis e imóveis.

Não houve nenhuma arrecadação em 2010 e 2011 no que se diz respeito às transferências de capital, essas são receitas obtidas de ente público ou privado. Em 2013 houve uma arrecadação desta receita de R\$1.072.772,06 (um milhão e setenta e dois mil e setecentos e setenta e dois reais com seis centavos), sendo este um valor dezessete vezes maior do que o previsto.

Em nenhum dos períodos analisadas observa-se arrecadação de Outras Receitas de Capital, sendo que nesta receita não houve a previsão de valores em nenhum dos anos analisados.

Em relação às receitas industriais o município previa para cada período R\$1.000,00 (mil reais), mas não obteve nenhum valor arrecadado. Isto se deve, pelo fato

de que neste tipo de receita, se enquadram valores referentes a atividades industriais do ente público, ou seja, se o município não possui indústria extrativa mineral ou de transformação, não apresentará valores nesta receita.

Ainda, comparando os Quadros 1 e 2, é possível verificar que para a elaboração das previsões de receitas, que compõe a LOA, o responsável pela previsão, ou seja, o gestor municipal, leva em consideração o princípio da prudência, apresentando receitas a serem arrecadadas sempre menores do que foi efetivamente arrecadado no ano anterior. Além disso, constata-se que algumas receitas apresentam valores nas previsões como mera formalidade, pois em alguns casos, sobre a receita, houve uma previsão baixa em relação às outras receitas, e quando na arrecadação, não apresentaram valores.

#### 4.1.2 Despesas

Em relação às despesas que ocorreram no período de 2010 a 2013, recorreu-se ao portal do TCE/RS para a coleta de dados, apresentando as despesas por função.

No que diz respeito às despesas, estas possuem etapas onde acontecem sua dotação que é a quantia de gastos estabelecidos nas leis orçamentárias. O empenho, que é o primeiro estágio da execução da despesa, cria a obrigação do pagamento destas despesas. A liquidação consiste no direito adquirido pelo credor, ou seja, quando é confirmado pelo ente público que foi recebido o bem ou executado o serviço pelo fornecedor. Finalmente, o pagamento é o último estágio da execução da despesa, que só pode ocorrer depois que o empenho for liquidado.

No Quadro 4, observa-se a relação das despesas no período de 2010.

	2010	Dotação Autorizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Gabinete do Prefeito		746.890,00	744.293,43	744.293,43	744.293,43
Secretaria de Administração e Fazenda		3.702.570,00	3.074.158,49	3.071.358,49	3.071.358,49
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		3.476.950,00	3.458.050,13	3.260.140,39	3.260.140,39
Secretaria da Saúde		2.874.358,00	2.822.793,77	2.822.793,77	2.822.067,65
Secretaria de Assistência Social e Habitação		504.070,00	493.872,08	493.872,08	493.872,08
Secretaria de Obras e Trânsito		3.600.660,00	3.575.398,79	2.062.458,33	2.062.458,33
Secretaria Agropecuária, Meio Ambiente e Turismo		700.600,00	695.837,83	695.837,83	695.837,83
Total		15.606.098,00	14.864.404,52	13.150.754,32	13.150.028,20

Quadro 4 – Estágio das despesas por função em 2010 no município de Fortaleza dos Valos - RS

Fonte: TCE-RS 2014.

Observa-se que no ano de 2010 o poder Executivo Municipal apresentou uma maior despesa autorizada pela Secretaria de Administração e Fazenda num total de R\$3.702.570,00 (três milhões e setecentos e dois mil e quinhentos e setenta reais) sendo que deste valor foram pagos o montante de R\$3.071.358,49 (três milhões e setenta e um mil trezentos e cinquenta e oito reais com quarenta e nove centavos). Sendo esta a secretaria em que se teve maior autorização de despesa, mas contudo a secretaria de Educação e que teve maior empenho e autorização para pagamento dos mesmos. Essa secretaria tinha como meta e prioridades, de acordo com a LDO, neste ano elaborar ações Manutenção das Atividades dos Setores Fazendários e Contábil, Aquisição de Equipamentos e móveis para os Setores Fazendário e Contábil, atualização e manutenção de equipamentos de informática, entre outras.

Estas despesas também provem de equipamentos da administração, manutenção atividades e pessoal, manutenção de reclamatórias trabalhistas, manutenção de contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social, manutenção do vale-alimentação, administração geral, administração financeira, serviço da dívida interna, previdência social.

Nesse período também observa-se que criou um maior comprometimento na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e na Secretaria de Obras e Trânsito. Sendo que o maior desembolso foi para o pagamento das despesas da Secretaria de Administração e Fazenda.

É importante considerar as Secretarias em que se devem obter mais investimentos por parte do Executivo Municipal no que se refere aos mínimos a serem gastos, sendo em primeiro a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, e em segundo a Secretaria de Saúde, devido a previsão constitucional dos mínimos de 25% e 15% a serem investidos nestas áreas, apesar dos altos gastos da Secretaria de Administração e Fazenda respeitou-se esta ordem.

Já no período de 2011, observa-se o Quadro 5.

2011	Dotação Autorizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Gabinete do Prefeito	865.200,00	857.500,13	857.500,13	841.360,13
Secretaria de Administração e Fazenda	4.279.670,00	3.438.461,40	3.438.461,40	3.438.461,40
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	3.872.700,00	3.710.954,05	3.694.280,83	3.694.280,83
Secretaria da Saúde	3.572.964,96	3.345.532,34	3.298.696,60	3.298.696,60
Secretaria de Assistência Social e Habitação	632.350,00	435.165,88	435.165,88	435.165,88
Secretaria de Obras e Trânsito	2.295.700,00	2.181.813,70	2.181.813,70	2.179.963,53
Secretaria Agropecuária, Meio Ambiente e Turismo	635.850,00	580.548,57	580.548,57	580.548,57
Total	16.154.434,96	14.549.976,07	14.486.467,11	14.468.476,94

Quadro 5 – Estágio das despesas por função em 2011 no município de Fortaleza dos Valos-RS

Fonte: TCE-RS 2014.

Em 2011 o Poder Executivo Municipal apresentou um total de dotação autorizada de R\$16.154.434,96 (dezesesseis milhões cento e cinquenta mil quatrocentos e trinta e quatro reais com noventa e seis centavos), sendo esta dotação maior do que em 2010, sendo empenhado R\$14.549.976,07 (quatorze milhões quinhentos e quarenta e nove mil novecentos e setenta e seis reais com sete centavos), liquidado R\$14.486.467,11 (quatorze milhões quatrocentos e oitenta e seis mil quatrocentos e sessenta e sete reais com onze centavos) e pagos R\$14.468.476,94 (quatorze milhões e quatrocentos e sessenta e oito mil quatrocentos e setenta e seis reais com noventa e quatro centavos). A Secretaria de Administração e Fazenda teve a maior dotação de despesa autorizada R\$4.279.670,00 (quatro milhões duzentos e setenta e nove mil seiscentos e setenta reais) e foram pagos R\$3.438.461,40 (três milhões quatrocentos e trinta e oito mil quatrocentos e sessenta e um reais com quarenta centavos). Dentre as ações realizadas no período estão a manutenção de atividades da administração e pessoal, aquisição de móveis e equipamentos, custear despesas de vale-alimentação, subsidiar eventos municipais do município entre outros, dados estes, verificados na LDO.

Um fator a ser considerado é que não se comprometeu toda a despesa fixada em empenho, mesmo a arrecadação de receita ter sido maior do que a prevista em 2011, ou seja, houve o cuidado do gestor em não comprometer todas as receitas. Apesar de ter tido uma maior dotação de despesa, mesmo assim a secretaria de Educação novamente teve maior autorização para o pagamento de despesas.

Sobre 2012, cabe ressaltar que foi o último ano de governo a âmbito municipal. Observa-se no Quadro 5, as despesas no ano de 2012 apresentaram um montante de R\$17.726.156,19 (dezessete milhões setecentos e vinte e seis mil cento e cinquenta e seis reais com dezenove centavos) de despesas autorizadas, sendo que R\$15.755.519,64 (quinze milhões setecentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e dezenove reais com sessenta e quatro centavos) foram empenhadas, o total liquidado foi de R\$15.483.611,74 (quinze milhões quatrocentos e oitenta e três mil seiscentos e onze reais com setenta e quatro centavos) e pagos foram R\$15.204.942,73 (quinze milhões duzentos e quatro mil novecentos e quarenta e dois reais com setenta e três centavos). Nota-se que a Secretaria que teve maiores despesas nesse período foi a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, apresentando uma dotação autorizada no valor de R\$ 4.739.928,25 (quatro milhões e setecentos e trinta e nove mil e novecentos e vinte e oito

reais com vinte e cinco centavos) sendo destes pagos R\$ 4.053.534,35 (quatro milhões e cinquenta e três mil e quinhentos e trinta e quatro reais com trinta e cinco centavos).

2012	Dotação Autorizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Gabinete do Prefeito	813.152,77	658.598,43	658.598,43	650.691,07
Secretaria de Administração e Fazenda	4.666.400,00	3.737.702,11	3.737.702,11	3.681.091,36
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	4.739.928,25	4.352.223,60	4.080.315,70	4.053.534,35
Secretaria da Saúde	3.794.397,75	3.608.968,67	3.608.968,67	3.561.310,73
Secretaria de Assistência Social e Habitação	535.334,02	486.399,04	486.399,04	485.561,54
Secretaria de Obras e Trânsito	2.336.400,00	2.153.271,18	2.153.271,18	2.047.017,18
Secretaria Agropecuária, Meio Ambiente e Turismo	840.543,40	758.356,61	758.356,61	725.736,50
Total	17.726.156,19	15.755.519,64	15.483.611,74	15.204.942,73

Quadro 6 – Estágio das despesas por função em 2012 no município de Fortaleza dos Valos-RS

Fonte: TCE-RS 2014.

Nota-se que existem restos a pagar neste anos, ou seja, despesas orçamentárias que foram empenhadas e não pagas. Ressalta-se que existem dois tipos de restos a pagar, os processados e os não processados. O primeiro refere-se à aqueles que foram empenhados e liquidados mas não foram pagos. Já o segundo trata-se de despesas empenhadas que não foram liquidadas nem pagas.

Os restos a pagar processados, sendo a diferença do que foi liquidado e pago, apresentou um valor de R\$ 278.669,01 (duzentos e setenta e oito mil seiscentos e sessenta e nove reais com um centavo). Os não processados, que é a diferença daquelas despesas empenhadas mas que não foram liquidadas totalizando um valor de R\$271.907,90 (duzentos e setenta e um mil novecentos e sete reais com noventa centavos).

Segundo a LRF, no art.42:

É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Portanto não podem ficar obrigações de um governo para outro, o gestor corre o risco de ser punido por esse ato.

De acordo com a LDO, entre as ações realizadas no período estão as obras e instalações da escola municipal de educação infantil, aquisição de equipamentos e materiais permanentes para as classe de educação infantil, ampliação e reparos das escolas e etc.

Em 2013, primeiro ano de um novo governo, que utilizou-se do orçamento previsto pelo gestor anterior, conforme o Quadro 7, teve-se de dotação de despesa autorizada um total de R\$19.526.490,87 (dezenove milhões quinhentos e vinte e seis mil quatrocentos e noventa reais com oitenta e sete centavos), sendo empenhado R\$17.310.909,39 (dezessete milhões trezentos e dez mil novecentos e nove reais com trinta e nove centavos), liquidado R\$17.205.803,00 (dezessete milhões duzentos e cinco mil oitocentos e três reais) e pagos R\$17.205.078,14 (dezessete milhões duzentos e cinco mil e setenta e oito reais com quatorze centavos). Sendo novamente a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto que obteve mais dotação de despesa. Através do Quadro percebe-se que a quantia autorizada de despesa foi de R\$ 5.194.035,70 (cinco milhões cento e noventa e quatro mil e trinta e cinco reais com setenta centavos) e sendo pagos R\$ 4.822.049,91 (quatro milhões oitocentos e vinte e dois mil e quarenta e nove reais com noventa e um centavos).

2013	Dotação Autorizada (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
Gabinete do Prefeito	864.850,00	839.576,95	839.576,95	839.576,95
Secretaria de Fazenda	1.118.000,00	1.082.194,58	1.082.194,58	1.082.194,58
Secretaria de Administração e Planejamento	3.863.600,00	2.852.989,92	2.852.089,92	2.851.365,06
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto	5.194.035,70	4.897.361,90	4.822.049,91	4.822.049,91
Secretaria da Saúde	4.830.968,37	4.442.184,79	4.419.672,79	4.419.672,79
Secretaria de Assistência Social e Habitação	486.130,00	317.313,32	317.313,32	317.313,32
Secretaria de Obras e Trânsito	2.304.930,00	2.126.551,04	2.126.551,04	2.126.551,04
Secretaria Agropecuária, Meio Ambiente e Turismo	863.976,80	752.736,89	746.354,49	746.354,49
Total	19.526.490,87	17.310.909,39	17.205.803,00	17.205.078,14

Quadro 7 – Estágio das despesas por função em 2013 no município de Fortaleza dos Valos-RS

Fonte: TCE-RS 2014.

Entre as ações realizadas estão a manutenção do atendimento educacional e especializado, manutenção da alimentação escolar, reequipamento do transporte escolar e etc.

Em relação a todos esse períodos de despesa nota-se que o ano que apresentou maiores despesas foi o ano de 2013. De restos a pagar sabe-se que R\$724,86 (setecentos e vinte e quatro reais com oitenta e seis centavos) foram processados e não processados R\$105.106,39 (cento e cinco mil e cento e seis reais com trinta e nove centavos).

As despesas públicas passam por dois estágios planejamento e execução. Durante o planejamento as despesas passam pelas seguintes etapas: a sua fixação, empenho, pagamento e liquidação. Através do valor fixado sabe-se da estimativa de

gastos da prefeitura para aquele período, já através do valor empenhado é possível ver o valor reservado para pagar essas despesas.

Em relação a todos os períodos observa-se o aumento das quantidades estabelecidas para os gastos, assim como as previstos e arrecadações também obtiveram um aumento ano a ano.

No Quadro 8, abaixo é possível observar-se o valor fixado e empenhado em todos os períodos e a porcentagem dos mesmos. Em todos os períodos de 2010 a 2013 nota-se que o valor da despesa empenhado é menor que o valor de despesa fixado em todos os anos.

Ano/ Total	Valor Fixado (R\$)	Valor Empenhado (R\$)	% (E/F)
2010	15.606.098,00	14.864.404,52	95,2474
2011	16.154.434,96	14.549.976,07	90,068
2012	17.726.156,19	15.755.519,64	88,8829
2013	19.526.490,87	17.310.909,39	88,6535

Quadro 8 – Valor Fixado X valor Empenhado

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa 2014.

O período em que houve menor valor de despesa empenhado foi no ano de 2013 onde somente 88,65% das despesas fixadas foram empenhadas, e com 95,24% em 2010 foi o ano em mais se houve empenho em relação as despesas fixadas.

Ano	Receita Arrecadada (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)	Resultado (R\$)
2010	17723159,34	14.864.404,52	2858754,82
2011	21832412,61	14.549.976,07	7282436,54
2012	21709489,74	15.755.519,64	5953970,10
2013	22490052,31	17.310.909,39	5179142,92

Quadro 9 – apuração do resultado dos períodos de 2010 a 2013 no município de Fortaleza dos Valos - RS

Fonte: elaborado a partir de dados da pesquisa 2014.

Através do Quadro 9, é possível apurar se no resultado dos períodos houve déficit ou superávit orçamentário, comparando os valores das despesa empenhadas e das receitas arrecadadas. Em todos os períodos apresenta-se um resultado de execução orçamentária positivo onde as receitas arrecadas são maiores que as despesas empenhadas, isto demonstra um superávit orçamentário em todos os períodos.

A partir desse resultado nota-se que as receitas totais conseguiram suportar as despesas totais, isto demonstra que não houve um excesso de gasto por parte do Executivo Municipal.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, percebeu-se a grande importância que da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, como uma ferramenta para auxiliar aos gestores num melhor planejamento das contas públicas, através de normas e legislações referentes a este setor.

Foi possível vislumbrar alguns descompassos em relação às previsões das receitas, pois em algumas receitas, foram atribuídos valores como mera formalidade, tendo em vista que nenhum ano houve realização destas receitas.

Outro ponto importante de ser ressaltado são as despesas que foram fixadas, notando-se que nem todas foram empenhadas, assim mostra-se que não houve um comprometimento das receitas em função disto, contudo, foram respeitadas as funções que possuem prioridade no se refere a investimento, além das que possuem previsão constitucional de mínimos de gastos, como a educação e saúde.

A receita que obteve maior fonte de arrecadação foram as transferências correntes, sendo que esta foi a maior arrecadada em todos os períodos analisados. Já nas despesas, as secretarias que tiveram maiores gastos foram as Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração e Fazenda.

Também torna-se importante ressaltar que o Executivo Municipal apurou em todos os anos um resultado positivo, ou seja, superávit orçamentário, demonstrando planejamento ao serem as fontes de arrecadação maiores que as despesas empenhadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEUREN, Ilse Maria. *et al.* **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática** 2ª.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2004.

BRASIL. **Lei nº4.320, de 17 de Março de 1964.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm)> Acesso em 7 de junho de 2014.

BRASIL. **Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)> Acesso em 7 de junho de 2014.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Parte I e IV.** 4ª.ed. Brasília, 2011. Disponível em <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Parte\\_I\\_-\\_PCO.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Parte_I_-_PCO.pdf)> Acesso em 7 de junho de 2014.

FILHO, João Eudes Bezerra. **Orçamento Aplicado ao Setor Público: Abordagem simples e objetiva.** São Paulo: Atlas S.A.,2012.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público** 15ª.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** 4ª.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** 5ª.ed. São Paulo: Atlas S.A., 1999.

IBGE. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430845>> Acesso em 6 de junho de 2014.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática** 11ª. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas** 2ª.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

PORTAL FORTALEZA DOS VALOS-RS. Disponível em <http://www.fortalezadosvalos.rs.gov.br/portal1/intro.asp?iIdMun=100143159>. Acesso em 3 de setembro de 2014.

QUINTANA, Alexandre Costa. *et al.* **Contabilidade Pública** : De acordo com as novas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público e a Lei de Responsabilidade Fiscal, São Paulo: Atlas S.A., 2011.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: De acordo com as normas internacionais se contabilidade aplicadas ao setor público (IPSASB/IFAC/CFC)** 3ª.ed. São Paulo: Atlas S.A.,2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – TCE/RS. Disponível em <[www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)> Acesso em 22 de agosto de 2014.

